

EDUCAÇÃO INFANTIL COMO POLÍTICA DE ATENDIMENTO NO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA: EM XEQUE A QUESTÃO DA MUNICIPALIDADE

Early childhood education as service policy in Concórdia city: in check the question of municipality

Maritânia Ferrazzo Minuscoli¹
Maria de Lourdes Pinto de Almeida²
Sonia Imhof³
Isabela Mitterer⁴

Recebido em: 5 jun. 2015

Aceito em: 2 out. 2015

A ideia de infância, como se pode concluir, não existiu sempre, e nem da mesma maneira. Ao contrário, ela aparece com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que mudam a inserção e o papel social da criança na comunidade. Se na sociedade feudal a criança exercia um papel produtivo direto (“de adulto”) assim que ultrapassava o período de alta mortalidade, na sociedade burguesa ela passa a ser alguém que

-
- 1 Maritânia Ferrazzo Minuscoli. Mestranda em Educação, Políticas Públicas e Cidadania. Universidade do Oeste de Santa Catarina. *E-mail*: mariminuscoli@yahoo.com.br.
 - 2 Pedagoga e historiadora, mestre e doutora em Educação pela FE da UNICAMP, Pós-Doc em Políticas Educacionais pela USP e em Política, Ciência e Tecnologia pela UNICAMP. Docente pesquisadora do PPGC, Universidade do Oeste de Santa Catarina e da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), de Frederico Westphalen. Pesquisadora da UNIVESP/USP, curso de Educação Valores e Cidadania, e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior da UNICAMP. *E-mail*: malu04@gmail.com.
 - 3 Mestranda em Educação, Políticas Públicas e Cidadania, Universidade do Oeste de Santa Catarina. *E-mail*: sonia.imhof@ibirama.ifc.edu.br.
 - 4 Mestranda em Educação, Políticas Públicas e Cidadania, Universidade do Oeste de Santa Catarina. *E-mail*: isamitterer@hotmail.com.

precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para uma ação futura. Este conceito de infância é, pois, determinado historicamente pela modificação das formas de organização da sociedade (KRAMER, 2006, p. 19).

RESUMO

O presente artigo pretende apresentar uma pesquisa em construção da linha de políticas educacionais do Programa de Mestrado em Educação da UNOESC, Campus de Joaçaba, apresentando discussões sobre as políticas públicas de educação infantil no que refere à responsabilidade dos municípios, em especial e nesse caso o de Concórdia (SC), com uma abordagem reflexiva sobre a educação nacional, no que diz respeito às políticas públicas educacionais, enfatizando o ensino fundamental de nove anos. O texto destaca a organização e a responsabilidade da municipalidade diante da gestão da educação infantil, para consolidar e ampliar o direito ao atendimento nas instituições, bem como a oferta de vaga com qualidade. No decorrer do artigo, tentamos dizer que a educação infantil é, desde a Constituição de 1988, direito das crianças, dever do Estado e opção da família e, desde a LDB de 1996, a primeira etapa da educação básica. O estudo está estruturado em quatro seções. A primeira apresenta a contextualização do tema no âmbito político nacional, fazendo apontamentos para os desafios desse campo. Na seção subsequente aborda reflexões acerca da responsabilidade dos municípios diante das políticas públicas para o atendimento da educação infantil – creche. Em seguida apresenta o diagnóstico da educação infantil do município de Concórdia (SC) e na sequência um fechamento da discussão.

Palavras-chave: Educação infantil. Legislações vigentes. Políticas públicas. Descentralização.

ABSTRACT

This paper aims to present research in construction line of Educational Master's Program in political education UNOESC, Campus Joaçaba, featuring discussions on public policies of early childhood education in that regard will be the responsibility of municipalities, especially in this case, the Concórdia (SC) with a reflective approach to national education,

with regard to educational policies, emphasizing primary education of nine years. The text highlights the organization and the responsibility of the municipality, opposite the management of early childhood education to consolidate and extend the right to care in institutions, as well as the offer of a place with quality. Throughout the article we try to say that early childhood education is, since the 1988 Constitution, children's rights, state duty and family option, since the LDB 1996, the first stage of basic education. The study is divided into four sections. The first presents the contextualization in the national political arena, making notes for the challenges of this field. The subsequent section addresses reflections on the front liability municipalities regarding public policies for the care of early childhood education – kindergarten. Then it presents the diagnosis of early childhood education in Concórdia (SC) municipality and a closing of the discussion.

Keywords: Early childhood Education. Existing legislations. Policies. Decentralization.

INTRODUÇÃO

Através de diversas pesquisas com a população de vários estados, Monlevade e Silva (2000) mostram-nos que a “educação” (ou a falta dela) já não ocupa mais o lugar de destaque na vida das famílias; dessa forma, não é mais considerado o grande problema nem preocupa como há dez anos. Os novos problemas campeões são o desemprego, a segurança, a corrupção e a saúde.

Entretanto, a realidade é outra. Sabe-se que muitas crianças de até 14 anos ainda estão fora das escolas de ensino fundamental, e, através de provas que analisam o nível de conhecimento dos alunos até a quarta série, se anunciou a triste notícia de que as crianças do nosso país estão abaixo da média ideal – isso quer dizer que as crianças das escolas públicas estão aprendendo cada vez menos.

Então, de quem é a responsabilidade por esse quadro caótico? Os professores que estão mal formados, ou as crianças que não aprendem mesmo, ou a culpa é de um sistema capitalista que precisa da desigualdade social para sobreviver? Afinal, quem “manda” na educação do país?

Talvez ninguém deva levar a responsabilidade total, assim como ninguém deveria mandar na educação. O mando, segundo Monlevade e Silva (2000), é uma realidade e um valor da sociedade escravista, que existiu por mais de 300 anos em nosso país e insiste em povoar nossa cabeça e nossas relações sociais. Monlevade e Silva (2000) afirma que a educação deve ser uma construção coletiva, uma troca de saberes, de valores e de afetos.

É nesse contexto de mudanças de conceitos, de questionamentos sobre responsabilidade, que entra em cena a educação infantil, algo ainda tão recente na história da educação nacional. Reflexões acerca de políticas públicas diante do atendimento, e como está sendo gestada pela municipalidade a educação infantil, ganham repercussão e espaço no processo educacional.

A demanda por educação infantil cresceu consideravelmente nos últimos 20 anos; tal fato está diretamente ligado à Constituição de 1988, afirmando a educação infantil como direito da criança. Dessa forma, a procura por esse direito ganhou força na sociedade, e alguns instrumentos contribuíram com a expansão dessas informações, dentre eles destacamos os meios eletrônicos, a produção acadêmica científica e a mídia.

Para tanto, pensar a educação infantil como prioridade absoluta, possibilitar ofertas de vagas a todas as crianças em que as famílias solicitarem e manter a qualidade no atendimento de crianças de 0 a 5 anos são alguns dos desafios que a municipalidade enfrenta ao se referir à educação infantil como política pública.

O texto que apresentaremos aborda reflexões sobre a referida temática; para tanto, buscamos estruturá-lo em duas partes. A primeira seção contextualiza a política de provimento da educação infantil como responsabilidade do município. Na seção subsequente apresenta-se o diagnóstico da educação infantil do município de Concórdia (SC), que faz parte desta pesquisa.

EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES ACERCA DOS DESAFIOS DA MUNICIPALIDADE

A história da criança reconhecida como sujeito de direitos nem sempre foi assim, e essas transformações sociais são um tanto

recentes. Afinal, o que são anos para a história? Percebe-se que o processo educativo voltado para a educação infantil está ligado a fortes raízes assistenciais. No cotidiano das instituições, veem-se muito assistencialismo e o entendimento por parte dos docentes de que “o pouco” que se faz para o atendimento das crianças já está bom.

O processo de construção da identidade para as creches, que ocorre a partir do século XIX em território nacional, acontece justamente em um momento em que se insere no contexto da história das políticas de atendimento à infância (BRASIL, 2013) marcado por diferenciações entre as classes sociais. Essa caracterização social reflete-se no atendimento como sendo, de um lado, para as classes menos favorecidas e, de outro, apresentando um caráter pedagógico.

Um novo paradigma de atendimento à infância ganhou força na década de 1950 (BRASIL, 2013), a partir de movimentos nacionais e internacionais. Em 1959, com a Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente, esse movimento ganhou respaldo legal, e mais tarde em 1988 foi instituído pelo artigo 227 da Constituição Federal do Brasil. Dois anos depois, através da lei n. 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente veio para regulamentar, criar mecanismos, garantir os direitos de todas as crianças e todos os adolescentes em âmbito nacional.

Segundo Boaventura (1997), a Carta de 1988 coloca a municipalidade como entidade integrada à Federação; dessa forma, a Carta estabelece direitos e responsabilidades políticas e administrativas ao município.

Com a Constituição reconhecendo a municipalidade como unidade federada, logo foi reconhecida a autonomia dos municípios acerca da educação, destacando prioritariamente a responsabilidade pela demanda de vagas no âmbito da educação infantil e por garantir a oferta para o ensino fundamental. Sendo assim, da consequente autonomia apresentada, desmembra-se o compromisso de oferecer e manter a qualidade tanto pedagogicamente e administrativamente, bem como de gestar financeiramente o atendimento.

Então voltamos à questão: Qual seria a responsabilidade dos municípios diante da educação infantil? Para responder esse

questionamento, destaca-se o artigo 211, parágrafo 2º, da Constituição Federal de 1988, que, após a ementa constitucional n. 14/96 sofrer alterações em sua redação, passou a destacar que a responsabilidade dos municípios está em priorizar a educação infantil e o ensino fundamental.

No ano de 2001 foi aprovado o Plano Nacional de Educação, e a meta para atendimento de crianças de 0 a 4 anos até o ano de 2006 deveria ser de até 30% de crianças atendidas. Ainda nesse Plano foi definida a meta de atendimento total de crianças na educação infantil até o ano 2011.

Conforme Barreto e Rabelo (2003), as políticas públicas para a infância deveriam contemplar as diversidades das regiões do Brasil, dando destaque para o contexto-socioeconômico; dessa forma, poderia se cumprir as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação.

O que vemos, após ter passado décadas de ter sido contemplado na Constituição o direito à educação infantil, é que, por falta de clareza em relação às políticas públicas para a infância, pode se constituir sistemas equivocados na gestão da educação infantil.

Nesse processo, a municipalidade passa a ser protagonista na garantia de políticas, bem como na articulação entre seus beneficiários: instituição de atendimento, famílias e comunidade atendida.

A oferta e a garantia da educação infantil dependem das relações de articulação entre município, Estado e União sobre o regime de colaboração entre todas as partes, conforme prevê a LDB em seu artigo 89. Não sendo dessa forma, a qualidade no atendimento ofertado também ficará comprometida.

A EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA (SC)

Pensar a educação infantil em nível municipal, considerando que o município é de médio porte, com uma população constituída por descendentes de alemães e italianos, conhecido como a Capital do Trabalho, não é fácil. Pois logo é percebido, com base nessas características, que a população desse município trabalha em demasia. Dessa forma, acompanhando o ritmo de trabalho dos pais, as crianças desde muito cedo estão inseridas no atendimento de creche.

Com uma população de aproximadamente 70 mil habitantes, a cidade de Concórdia localiza-se no oeste de Santa Catarina; a sua estrutura acidentada faz com que o desenvolvimento da cidade alcance os arredores, formando bairros e loteamentos.

Esse município concentra um dos polos da empresa BRF Brasil, antiga Sadia; além dessa grande empresa, o sistema socioeconômico do município gira em torno de agroindústrias, comércio e agricultura familiar.

Quanto à educação infantil, a Rede Municipal de Ensino é composta por 18 Centros Municipais de Educação Infantil, denominados de CMEIs, que oferecem atendimento a crianças de 0 a 4 anos. Doze dessas unidades atendem crianças de 4 meses a 5 anos, e 6 instituições atendem de 4 meses a 4 anos. A rede possui 24 unidades escolares que atendem entre pré-escola, anos iniciais e finais. Além disso, fazem parte da rede municipal 3 unidades escolares, que atendem à educação em tempo integral, e 8 unidades escolares do campo. Dados de novembro de 2014 demonstram que a rede municipal ofereceu ao todo 1.023 vagas de pré-escola e 2.411 vagas na educação infantil proporcionada pelo atendimento nos CMEIs. Resulta um total de 3.523 crianças atendidas na educação infantil.

O atendimento à criança pequena no município iniciou-se a partir do ano de 1988, na época denominado de creches comunitárias, provenientes da necessidade de atender a demanda de filhos de pais trabalhadores.

Naquele momento o vínculo do atendimento era pela Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social. As primeiras creches foram distribuídas nos bairros, onde havia maior necessidade; para se implantar uma creche, era analisado o número de mães trabalhadoras residentes no bairro ou nas proximidades.

Com o olhar voltado para atender uma exigência da comunidade local, no ano de 1999 foram implantadas, pela administração municipal, nove creches. Porém, algumas delas já ofertavam o atendimento a crianças pequenas através de mulheres chamadas carinhosamente de “tias ou crecheiras”. Essas mulheres que trabalhavam nas creches tinham pouca formação, algumas possuíam o magistério ou somente

alguns anos de escolaridade. Dependendo da necessidade, bastava ser mãe para trabalhar nas unidades. Elas eram responsáveis por todo o trabalho, desde produzir o alimento até a dar banho nas crianças, lavar as roupas, cuidar do espaço físico e demais funções existentes nas unidades.

A seguir apresentamos um pouco do histórico de cada creche do município, em que momento foi instituída, a definição do nome da instituição, se possuíam vínculos com a Secretaria de Ação Social ou com a Secretaria de Educação. Iniciamos com a apresentação das quatro unidades que eram creches e no ano de 1999, através do decreto n. 4.158, de 1/10/1999⁵, passaram a ser mantidas pela Secretaria Municipal de Educação. Em seguida, apresentamos as demais instituições, que foram sendo instituídas em decorrência das necessidades da população.

1) Centro Municipal de Educação Infantil José Gargueti⁶, localizado no Bairro Santa Cruz, foi a primeira Creche Comunitária do município, inaugurada em 12 de outubro de 1987. Recebeu inicialmente o nome de Creche Comunitária José Gargueti. Para iniciar os trabalhos, foi alugada uma casa através da Secretaria de Habitação e Ação Social, como era a nomenclatura da época. Após 2 anos, em 26 de julho de 1989, essa creche ganhou a sua sede própria. Dez anos depois, através do decreto n. 4.158, de 1/10/1999, passou a ser denominada Centro Municipal de Educação Infantil José Garghetti. Atualmente, esse CMEI possui a mesma denominação e atende cerca de 145 crianças por mês em 3 períodos: matutino, vespertino e integral.

2) Centro Municipal de Educação Infantil Lua de Cristal⁷, localizado no Bairro dos Industriários. A segunda creche do município foi instituída primeiramente no Bairro Itaíba e iniciou suas atividades em julho de 1987. Começou os seus trabalhos nas dependências de um programa socioeducativo, vinculado à mesma secretaria. Na época o programa era chamado de Centro de Bem-Estar Social (CEBES); atualmente se intitula Centro de Convivência. Dois anos depois,

5 Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Concórdia (SC).

6 Fonte: Plano Político Pedagógico do Centro Municipal de Educação Infantil José Gargueti.

7 Fonte: Plano Político Pedagógico do Centro Municipal de Educação Infantil Lua de Cristal.

a creche foi transferida para o Bairro dos Industriários. No ano de 1994, esse bairro foi contemplado pelo governo federal com o então denominado CAIC-Centro de Atenção Integral à Criança, um espaço de multiuso. Mas, pela crescente demanda de famílias que ali residiam, por localizar-se próximo à empresa BRF Brasil, houve a necessidade de se implantar uma creche. Em 1999, através do decreto n. 4.158, de 1/10/1999, passou a denominar-se Centro Municipal de Educação Infantil Lua de Cristal. Atualmente, esta é a segunda maior instituição do município, atendendo a uma média mensal de 250 crianças de 0 a 5 anos, e ainda é conhecida como “a creche do CAIC”.

3) Centro Municipal de Educação Infantil Maria Fracasso⁸, localizada no Bairro Vista Alegre, iniciou os trabalhos no ano de 1999, tendo surgido pela necessidade evidenciada pelas mães trabalhadoras e por ser um bairro localizado próximo do centro. Desde a sua implantação, recebeu o nome de CMEI Maria Fracasso em homenagem a uma moradora do bairro, através do decreto n. 4.158, de 1/10/1999. Nos dias atuais essa instituição atende em média 145 crianças de 0 a 5 anos.

4) Centro Municipal de Educação Infantil Itália Chiuchetta⁹, localizado no Bairro Guilherme Reich, tendo sido inaugurado em novembro de 1988 com o nome de Creche Comunitária Itália Chiuchetta, e atendia primeiramente em duas salas junto à escola. Em 1999, as creches comunitárias passaram da alçada da Secretaria Municipal da Habitação e Ação Social para a Secretaria Municipal de Educação. E em 1999, a partir do decreto n. 4.158, passou a denominar-se Centro Municipal de Educação Infantil Itália Chiuchetta. Em março de 2004, foi inaugurada a nova estrutura da instituição, com espaço amplo e projetado. O novo espaço possibilitou ampliar o número de vagas e também melhorar a qualidade do atendimento ofertado. O nome Itália Chiuchetta homenageia a senhora Itália, esposa do senhor Caetano Chiuchetta, por ter sido ele um dos pioneiros do município de Concórdia. Essa unidade atende a uma média mensal de 190 crianças de 0 a 5 anos.

8 Fonte: Plano Político Pedagógico do Centro Municipal de Educação Infantil Maria Fracasso.

9 Fonte: Plano Político Pedagógico do Centro Municipal de Educação Infantil Itália Chiuchetta.

Como vemos, essas creches atendiam a necessidade das famílias desde o ano de 1987 e estavam vinculadas à Secretaria de Habitação e Ação Social. Foi a partir de 1998 que as creches passaram a ser uma responsabilidade das secretarias municipais de educação. Em Concórdia, foram diversas as creches que foram contempladas com a mesma data do decreto, ou seja, 1/10/1999, e nesse mesmo documento é que passaram a se chamar Centros Municipais de Educação Infantil. A saber:

5) Centro Municipal de Educação Infantil Regina Piola¹⁰, localizado no Bairro São Cristóvão, ao partir decreto n. 4.158, de 1/10/1999. Iniciou suas funções em outubro de 1994; nessa época pertencia à Secretaria da Habitação e Ação Social, levando a denominação de Creche Comunitária Municipal do Bairro São Cristóvão. Passou a se chamar Creche Comunitária Municipal Regina Piola através do decreto n. 3.654, de 17 de agosto de 1995. O nome da unidade surgiu como uma homenagem à senhora Regina Piola, que faleceu em decorrência de um atropelamento em um trecho nas proximidades de onde está localizada a creche. Através do decreto n. 4.158, de 1/10/1999, a então “creche” passou a se chamar Centro Municipal de Educação Infantil Regina Piola; atualmente esse CMEI atende em média 145 crianças mensalmente. Essa unidade passou por diversas ampliações, uma vez que o bairro atende crianças provenientes de uma área industrial significativa no município.

6) Centro Municipal de Educação Infantil Zilda Silveira Neves¹¹, localizado no centro da cidade, a partir do decreto n. 4.158, de 1/10/1999. Essa unidade iniciou os trabalhos em uma casa alugada próximo ao centro da cidade, e o atendimento era preferencialmente para filhos de funcionários do Hospital São Francisco e filhos de servidores públicos vinculados ao município. Em agosto de 2007, com o objetivo de ampliar o número de vagas, foi inaugurada a nova estrutura física, construída em forma de prédio com 7 andares, e passou a ser denominada CMEI Zilda Silveira Neves, atendendo atualmente 250 crianças. No ano de

10 Fonte: Plano Político Pedagógico do Centro Municipal de Educação Infantil Regina Piola.

11 Fonte: Plano Político Pedagógico do Centro Municipal de Educação Infantil Zilda Silveira Neves.

2014, a municipalidade alugou uma casa em frente a essa unidade, que foi adaptada; e em julho de 2014 foi inaugurado o berçário. Este atende somente crianças de 4 meses a 2 anos, e o atendimento atinge 80 crianças mensais. Ao todo, são 330 crianças atendidas nesses dois espaços. O berçário é uma extensão do CMEI Edifício das Crianças. Atualmente esta é a maior unidade de atendimento e está localizada no centro da cidade.

7) Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Príncipe¹², localizado no Bairro das Nações. A estrutura física dessa unidade foi pela municipalidade em 1992, com o intuito de servir como local de costura, pois, na época, precisava-se de roupas de cama e cortinas para equipar as creches construídas naquele período. Até 1994, o bairro contava apenas com creche domiciliar, mas, com o aumento da procura por vagas, as salas de costura foram ocupadas pela Secretaria da Habitação e Ação Social, visando à implantação da creche, que iniciou o atendimento em setembro de 1994. Essa unidade passou a ser denominada CMEI Pequeno Príncipe, a partir do decreto n. 4.158, de 1/10/1999, e está localizada no segundo maior bairro do município. Nos dias atuais, atende 135 crianças por mês de 0 a 5 anos.

8) Centro Municipal de Educação Infantil Primeiros Passos¹³, localizado no Bairro dos Estados. A Creche Comunitária do Bairro dos Estados começou a atender crianças no dia 20 de setembro de 1994, em prédio próprio situado num terreno doado por um morador do bairro. Ao iniciar as atividades, a creche pertencia à Secretaria de Habitação e Ação Social, sendo transferida em 1999 para a Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o decreto n. 4.158, de 1/10/1999, e passando da denominação de creche para Centro Municipal de Educação Infantil Primeiros Passos. Atualmente, essa instituição atende 135 crianças por mês de 0 a 5 anos. O CMEI Pequeno Príncipe e o CMEI Primeiros Passos foram construídos pela municipalidade com o objetivo de melhor atender à população; dessa forma, a estrutura física é dividida assim: na parte superior situa-se o atendimento do CMEI e na parte

12 Fonte: Plano Político Pedagógico do Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Príncipe.

13 Fonte: Plano Político Pedagógico do Centro Municipal de Educação Infantil Primeiros Passos.

inferior é oferecido o atendimento do Posto de Saúde, conhecido como Estratégia de Saúde Familiar (ESF).

9) Centro Municipal de Educação Infantil Santa Rita¹⁴, localizado no Bairro Santa Rita. O bairro surgiu da necessidade de transferência de famílias que se encontravam alojadas nos arredores do antigo lixão, localizado no Bairro Flamengo, bem como de algumas famílias que viviam aglomeradas em outros locais da cidade. Inicialmente, 45 famílias carentes foram transferidas para esse bairro. Em 1991, pela necessidade existente, o bairro ganhou uma escola que se chamou Grupo Escolar Santa Rita, atendendo inicialmente a pré-escola e as séries iniciais. Conforme a comunidade crescia, sentia-se a necessidade de ampliar a escola, passando então a se oferecer o ensino fundamental. Em 2010, a escola passou a atender em período integral. Em 1994, por solicitação da comunidade local, foi inaugurada a creche nas dependências da escola, mas com apenas 1 sala. Junto com a creche funcionava o Posto de Saúde, que pouco tempo depois foi realocado num bairro próximo, ficando então o espaço utilizado somente pela creche. Em 1999, de acordo com o decreto n. 4.158, a referida unidade passou a se chamar Centro Municipal de Educação Infantil Santa Rita. Após ampliações, ganhou uma estrutura do lado da unidade escolar, porém o prédio é interligado, com cozinha e refeitório divididos com a escola. Atende a uma média mensal de 50 crianças de 0 a 4 anos.

10) Centro Municipal de Educação Infantil Acalanto¹⁵, localizado no centro. A Creche Comunitária Olavo Cecco Rigon, como era denominada, foi fundada em 1º de junho de 1996, situada junto ao prédio da Escola Básica Professor Olavo Cecco Rigon, no centro de Concórdia. Essa creche funcionava nas dependências da referida unidade escolar estadual e, por assim dizer, é a mais antiga do município. O objetivo do atendimento voltava-se aos filhos de funcionários da escola. Através de regulamentação, houve a transferência do estado para a alçada da municipalidade, e após a parceria firmada entre o município e a Associação de Pais e Funcionários (APF), ocorrida em 1997, foi que a

14 Fonte: Plano Político Pedagógico do Centro Municipal de Educação Infantil Santa Rita.

15 Fonte: Plano Político Pedagógico do Centro Municipal de Educação Infantil Acalanto.

unidade começou a atender a comunidade em geral. Mas, ainda assim, com 20 vagas destinadas aos filhos dos servidores da escola. De acordo com o decreto n. 4.158, de 1/10/1999, esse espaço passou a se chamar CMEI Acalanto e está instalado em um imóvel alugado no centro da cidade. O espaço físico foi organizado e adaptado para atender a 145 crianças por mês de 0 a 5 anos.

11) Centro Municipal de Educação Infantil Natureza¹⁶, localizado no Bairro Natureza, de acordo com o decreto n. 4.297, de 17/4/2001. Esse CMEI originou-se após a construção do Conjunto Habitacional Natureza, por estar localizado longe do centro, e, com a instalação de novas famílias, naturalmente se criou a necessidade de atendimento das crianças filhas de pais trabalhadores. A unidade foi projetada inicialmente como Espaço de Multiuso, mas ficou reduzida somente ao atendimento do CMEI. Atende em média 90 crianças por mês de 0 a 5 anos.

12) Centro Municipal de Educação Infantil Orozimbo Michelin¹⁷, localizado no Bairro Imigrantes. Conhecido como CMEI Imigrantes, de acordo com o decreto n. 4.334, de 28/8/2001, foi inaugurado em espaço junto à unidade escolar. Atendia em média 105 crianças por mês. Em 2014, objetivando melhorar o atendimento e ampliar o número de vagas, foi inaugurada a nova estrutura dessa instituição, passando a ser denominada CMEI Orozimbo Michelin a partir do decreto n. 5.887. O nome decorre do fato de o senhor Orozimbo (*in memoriam*) ter doado o terreno para a construção da nova sede, que tem capacidade para atender até 200 crianças.

13) Centro Municipal de Educação Infantil Dr. Zoé Silveira d'Avila¹⁸, localizado no centro, foi inaugurado no ano de 2002, através de uma parceria entre a municipalidade e a empresa Sadia, atualmente BRF Brasil. O convênio com a referida empresa visava a que ela fizesse a reforma e manutenção dos espaços físicos onde se encontrava o ambulatório da empresa. Após firmada a parceira, de acordo com o

16 Fonte: Plano Político Pedagógico do Centro Municipal de Educação Infantil Natureza.

17 Fonte: Plano Político Pedagógico do Centro Municipal de Educação Infantil Orozimbo Michelin.

18 Fonte: Plano Político Pedagógico do Centro Municipal de Educação Infantil Dr. Zoé Silveira d'Avila.

decreto n. 4.484, de 20/8/2002, foi inaugurado o CMEI localizado em frente à sede da empresa. Com atendimento prestado preferencialmente aos filhos de funcionários da BRF, é a única unidade CMEI que atende em horário diferenciado, iniciando as atividades às 5h00 e encerrando às 18h15, com a média de atendimento de 145 crianças por mês.

14) Centro Municipal de Educação Infantil Amigo da Criança¹⁹, localizado no Bairro Catarina Fontana, fundado em 4 de abril de 2008, através do decreto n. 5.302. O nome CMEI Amigo da Criança foi dado em homenagem ao prefeito da época, o senhor Neodi Saretta, que havia recebido o Prêmio Prefeito Amigo da Criança, por sua atuação e por investimentos e projetos que a municipalidade destinava à educação infantil e às crianças do município. A instituição atende em média 80 crianças.

15) Centro Municipal de Educação Infantil Sonhos de Criança²⁰, localizado no Distrito de Santo Antônio; foi inaugurado em 22/7/2009, a partir do decreto n. 5.420. A necessidade da unidade ocorreu devido ao fato de o Distrito de Santo Antônio estar localizado distante da cidade e por dispor de empresas privadas de médio porte. Em sua maioria, as crianças atendidas são filhos de funcionários das referidas empresas. O processo de escolha do nome da instituição esteve relacionado ao trabalho de uma comissão, mais especificamente os alunos da Escola de Educação Básica Municipal Anna Zamarchi, localizada no mesmo Distrito, que elencaram nomes sugestivos, e o nome Sonhos de Criança foi o escolhido. São atendidas, em média, 50 crianças de 4 meses a 4 anos nessa unidade.

16) Centro Municipal de Educação Antônio Carlos Galeazzi²¹, localizado na comunidade de Barra Bonita, de acordo com o decreto n. 5.496, de 27/5/2010, onde iniciou suas atividades; o nome desse estabelecimento de ensino foi dado por sugestão do senhor Bodo Mater, em consideração e homenagem ao seu saudoso amigo e colega de

19 Fonte: Plano Político Pedagógico do Centro Municipal de Educação Infantil Amigo da Criança.

20 Fonte: Plano Político Pedagógico do Centro Municipal de Educação Infantil Sonhos de Criança.

21 Fonte: Plano Político Pedagógico do Centro Municipal de Educação Infantil Antônio Carlos Galeazzi.

trabalho que falecera aos 14 dias do mês de abril de 2009 e ao pai deste, o senhor Vittorio Galeazzi, cuja história faz parte da cidade. Essa instituição é a única situada na área rural. Surgiu pela necessidade das famílias, pois nessa comunidade existe uma granja da empresa BRF. Ao todo são 25 famílias que trabalham nessa comunidade, e, por isso mesmo, surgiu a necessidade de existir um espaço adequado para as crianças. São atendidas em média 30 crianças de 0 a 4 anos.

17) Centro Municipal de Educação Infantil Criança Feliz²², localizado no Bairro Salette, a partir do decreto n. 5.582; foi inaugurado em 2 de julho de 2011 e iniciou os atendimentos em 4 de julho de 2011. O CMEI surgiu em virtude da necessidade das famílias do bairro e foi solicitado através do Programa de Governo – Orçamento Participativo. Atualmente, o espaço físico situa-se em uma casa adaptada, alugada pela municipalidade. Essa instituição atende em média 80 crianças de 45 dias a 4 anos. O nome desse CMEI foi escolhido pelas crianças do Grupo Escolar Nossa Senhora da Salette, localizado no mesmo bairro.

18) CMEI Mundo da Criança²³, localizado no Bairro Arvoredo; foi inaugurado em 20 de dezembro de 2012. No prédio onde está localizada a instituição, funcionava a Escola Básica Municipal Maria Petrolí. A unidade escolar estivera desativada havia alguns anos e servia até então para acomodar reuniões das pessoas da terceira idade. De comum acordo com os idosos, a administração pública transferiu essa clientela para o ginásio comunitário do bairro, onde realizam seus encontros semanais, e o prédio foi reformado para servir como um Centro de Educação Infantil, uma vez que a população dos bairros Jardim, Arvoredo e arredores fazia muito tempo que o vinha solicitando. A unidade atualmente atende 145 crianças por mês de 4 meses a 5 anos. O nome da instituição foi escolhido pelas crianças da Escola Básica Municipal Maria Petrolí, na qual foi realizado um concurso entre os alunos, e o nome que se destacou foi Mundo da Criança.

No ano 2000, através de concurso público, foi possível acrescentar professores ao quadro de servidores dos CMEIs. Antes, o quadro era

22 Fonte: Plano Político Pedagógico do Centro Municipal de Educação Infantil Criança Feliz.

23 Fonte: Plano Político Pedagógico do Centro Municipal de Educação Infantil Mundo da Criança.

composto por coordenadora, auxiliares de creche e estagiárias, agentes de alimentação e agentes de serviços gerais.

A partir da inclusão dos professores no quadro funcional, foi possível ao município pensar em uma proposta pedagógica para as instituições de educação infantil. Como era uma situação nova para a rede de atendimento e considerando que as professoras se originavam da rede regular de ensino, elas passaram por adaptações principalmente no que se referia às rotinas das instituições e às atividades desenvolvidas com cunho pedagógico. Praticamente todas as instituições infantis do município passaram por reformas, ampliações, com implementação de refeitórios, bibliotecas, sala para professores, parques, espaços externos, solários etc.; enfim, melhorias que tiveram como objetivo ampliar a qualidade na oferta de atendimento às crianças.

O desafio de manter a oferta de vagas e a qualidade no atendimento prestado à educação infantil exige compromisso e políticas públicas tanto da municipalidade como dos gestores das instituições. Isso sem deixar de mencionar o papel dos docentes e das famílias, uma vez que todos possuem em comum, como alvo, a criança. Isso não é uma tarefa fácil; para a municipalidade cabe desenvolver políticas públicas que venham a atender todas as crianças, não somente com cuidado e zelo, mas como sujeitos de direitos quanto ao seu desenvolvimento integral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na medida em que entrou no processo de globalização, a América Latina também enfrentou processos de exclusão. O Brasil, já nas décadas anteriores, era visto como uma região rica para experimentação e desenvolvimento industrial, e grandes investimentos norte-americanos foram realizados, a fim de explorar melhor o nosso território. Os discursos eram ricos em resultados positivos, permeados por palavras em defesa da democracia e dos direitos humanos; dessa forma, as políticas norte-americanas tiveram maior êxito e a pequena elite se deu maravilhosamente bem, pois se acreditava em um milagre econômico.

Enquanto isso, de acordo com Chomsky (1995), no apogeu do milagre econômico, a esmagadora maioria da população mundial situava-se entre as mais miseráveis do mundo.

O paradoxo está assim formado: de um lado, uma pequena elite com grandes lucros, dominando o mercado livre e estabelecendo padrões de protecionismo e intervenção estatal na economia. De outro, cada vez mais pessoas nas favelas, excluídas socialmente das oportunidades oferecidas, sem condições de concorrer a um cargo ou espaço nas empresas por falta de qualificação básica. O pior é que a globalização tem uma aplicação de tão fácil compreensão e dominação que essas pessoas passam a se sentir extremamente culpadas pela situação; forma-se, assim, a população supérflua, também chamada de *surplus* (excedente), sendo mantida pelo poder na ignorância e sob controle. O método ideal dos dominantes para essa população é confinar as pessoas nos seus próprios guetos urbanos, que cada vez mais parecem com campos de concentração.

As ideias de classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante na sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo em média, as ideias daqueles aos quais faltam os meios de produção (MARX, 1989, p. 72, apud ALMEIDA, 1992, p. 82).

Outras consequências negativas da globalização, além da exclusão social, perpassam a brutal concentração de renda, achatamento salarial, desemprego estrutural, flexibilização dos direitos sociais, sentimento generalizado de insegurança no trabalho, debilitamento das identidades e formas de solidariedade de classe, intensificação da degradação ambiental, consumismo desenfreado.

Combinou-se de maneira sem precedentes na história do mundo a exploração com a exclusão, a população oprimida que trabalha cada vez mais por menos, com a que está sobrando com a que não tem trabalho, nem assistência, nem solidariedade, nem nada (GONZÁLES CASANOVA, 2000, p. 46).

Termos como racionalização, profissionais polivalentes, *just in time*, flexibilização, nada mais representaram senão estratégias de maior

exploração do trabalho, enfatizando as relações de poder e lucro muito mais a favor dos empregadores do que dos empregados, reproduzindo a força de trabalho como uma mercadoria, caracterizando uma gestão conservadora, autoritária, concentradora e excludente, evocando a falsa imagem de uma organização homogênea e integrada, muito próxima a uma extrema fragmentação e desintegração.

De acordo com o referencial curricular nacional para a educação infantil nas últimas décadas, os debates tanto em nível nacional como internacional apontam para a necessidade de que as escolas infantis procedam de forma integrada às funções indissociáveis de educar e cuidar. Para isso, o profissional dessa área deve ter conhecimentos e habilidades que na maioria das vezes ultrapassam a dimensão pedagógica.

O trabalho direto com as crianças pequenas exige que o educador tenha uma competência polivalente. Ser polivalente significa que ao educador cabe trabalhar com conteúdos de naturezas diversas que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas do conhecimento. Este caráter polivalente demanda, por sua vez, uma formação bastante ampla e profissional que deve tornar-se, ele também, um aprendiz, refletindo constantemente sobre sua prática, debatendo com seus pares, dialogando com as famílias e a comunidade e buscando informações necessárias para o trabalho que desenvolve. São instrumentos essenciais para reflexão sobre a prática direta com as crianças a observação, o registro, o planejamento e a avaliação (BRASIL, 1998, p. 41).

Existem ainda diferentes representações de infância, haja vista que está evidenciada a ênfase sobre os conceitos de criança/infância nos discursos políticos educacionais. A criança é vista como sujeito de direitos. Mas, sobre quais direitos estamos falando? A nossa preocupação enquanto profissionais da educação é saber se a estruturação das políticas públicas realmente promovem ou mascaram a cidadania infantil.

O Estado tem o dever/a obrigação de subsidiar a educação infantil na esfera municipal; desde 1988 as creches e pré-escolas pertencem à Secretaria Municipal de Educação (SME), o que não contribui para superar a concepção de cunho assistencialista; no entanto, esse avanço possibilitou algumas reformulações e direitos conquistados também por

profissionais da educação infantil. Dessa forma, a família, que sofreu mudanças na sua estruturação, pôde contar com esse espaço para suprir as necessidades decorrentes da questão do trabalho, sendo uma opção quando se trata do ingresso nas creches. Reforçando: o direito é da criança (Constituição 1988, artigo 208, inciso IV).

Sendo assim, a criança deveria ser produtora de cultura, da sua própria história, enfim, deveria realmente ser um sujeito de direitos; no entanto, quando nos referimos aos direitos, surgem dúvidas, arestas, até nos dias de hoje; um exemplo é a questão relacionada ao “aumento da escolaridade” nos conformes do estatuto brasileiro, que estabelece a ampliação do ensino fundamental para nove anos. As famílias, os próprios profissionais da educação de repente se depararam com uma situação preocupante e pouco transparente. Vamos antecipar o ingresso no ensino fundamental? Ou vamos tornar obrigatório o último ano do pré-escolar? As crianças devem ser alfabetizadas no pré-escolar ou não?

Por conta dessas incertezas, ambiguidades e desencontros de ideias, existem casos registrados em alguns estados brasileiros de turmas que foram matriculadas na primeira série com faixa etária de 5 anos. Devido a essas divergências e “seriedade” da lei, cada estado acaba fazendo aquilo que bem entende.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. L. P. “Pós-modernidade e materialismo histórico no século XXI: elementos para uma análise do papel do cientista político na sociedade acadêmica”. **Revista da FAEEDBA**, Educação e Contemporaneidade, Salvador, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Departamento de Educação I, v. 1, n. 1, jan./jun. 1992.

BARRETO, A. M.; RABELO, F. “A educação infantil no contexto das políticas públicas”. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 53-65, set./dez. 2003.

BOAVENTURA, Eivaldo Machado. **Educação brasileira e o direito**. Belo Horizonte: Nova Alvorada, 1997.

BRASIL. Constituição de 1988. **Constituição federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

_____. **Referencial curricular para a educação infantil**, v. 1. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais de educação básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

CHOMSKY, Noam. **The Minimalist Program**. Massachusetts Institute, 1995. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=vtPQiYCNpjcC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 5 de maio de 2015.

GONZÁLES CASANOVA, P. “Globalidade, neoliberalismo e democracia”. In: GENTILI, P. (org.). **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MONLEVADE, J. A.; SILVA, M. A. **Quem manda na educação no Brasil?**. Brasília: Idea, 2000.

ROSA, Marcia Maria. **Políticas municipais de educação infantil: desafios à gestão local**. Curitiba: Appris, 2014.